

1ª quinzena de março de 1999

AD VERSO

Jornal da Adufrgs

nº 43

Todos contra o dragão neoliberal

Atuação ensaiada da oposição à diretoria da ANDES impede que o congresso da categoria se transforme num fórum de reflexão política. O evento, que representa grande parte da massa crítica do país, em vez de formular alternativas para a crise no ensino decide apenas que a derrubada do neoliberalismo é a batalha derradeira. E propõe à sociedade o bordão "fora FHC, fora FMI".



O jornalista Luiz Pilla Vares assume a Secretaria de Cultura do Estado com o desafio de colocar a diversidade cultural do povo gaúcho em cada canto do Rio Grande do Sul. Ainda sem planos concretos e com um orçamento que considera "ridículo", ele avisa: "Vai haver ruptura na política cultural".

Página 12



Gilmar Fraga

Ano novo, crise velha

Novamente, estamos reiniciando outro ano letivo nas universidades federais, acumulando problemas não resolvidos no passado com outros que decorrem basicamente da falta de recursos financeiros que, cronicamente, vem atingindo as instituições de ensino superior que são ou deveriam ser mantidas pela União.

A cada ano, como agora, se renovam as esperanças de que algum milagre aconteça, para que se restarem as condições de pleno funcionamento da Universidade Pública, que como outros setores do Executivo foram atingidas profundamente pela política neoliberal adotada ultimamente em nosso País. A estas esperanças seguem-se invariavelmente momentos de frustrações como os ocorridos no 18º Congresso da Andes/SN, realizado de 25 de fevereiro a 1º de março, em Fortaleza.

Naquele conclave, apesar da Diretoria da Andes buscar minimizar as diferentes posições das tendências existentes no interior do Sindicato, propondo um debate fraterno e profícuo, o que ocorreu foi justamente o contrário. A chamada oposição "Andes – Autônoma e Democrática", cuja grande preocupação era ser contra a atual diretoria, proporcionou um congresso cansativo, onde as posições e críticas internas prevaleceram em detrimento ao debate maior do que se deve fazer neste momento difícil em que o país enfrenta uma de suas piores crises econômicas e sociais.

Neste contexto, vários equívocos foram cometidos. Qualquer eixo de luta que fizesse menção à questão da soberania nacional foi recusado ou teve sua redação modificada de tal forma que o termo não fosse utilizado.

Em relação à dívida externa, foi aprovado o

não pagamento da mesma em detrimento da proposta da Diretoria, que era de uma auditoria acerca da dívida e de uma moratória, já que se sabe que faz parte da dívida externa do país as dívidas contraídas no exterior por organismos privados.

Por intransigência da oposição em relação à luta institucional, a proposta de integração da Carreira Única de Professores de Primeiro e Segundo Graus levada pela Diretoria da Andes através de um projeto de lei, fruto de encontros e reuniões dos Grupos de Trabalho de Carreira, Política Sindical e Verbas, com respaldo da Assessoria Jurídica da entidade, foi remetida novamente à discussão nas bases. Segundo o grupo que se intitula de oposição, não deve haver negociação com o governo que não seja a carreira única aprovada pela categoria e que consta no Caderno 2 da Andes. Cabe esclarecer que a proposta recusada não prejudicava em nada esta Carreira já aprovada, somente acelerava a incorporação dos docentes de Primeiro e Segundo Graus. Corremos agora o risco, em relação a esses docentes que, com a vinda da Autonomia, os mesmos possam ficar de fora das Instituições Federais de Ensino Superior.

O ápice desta crise ocorreu já no início do Congresso através do descredenciamento da delegação da Adufal, defendido pelo grupo Andes – Autônoma e Democrática. Esta demonstração de força redundou em várias notas de apoio à Adufal, criticando a atitude tomada e pedindo pela unidade do movimento docente. O momento não nos parece que seja de disputar posições e, sim, de construir um sindicato forte para o enfrentamento da política neoliberal e a construção de uma sociedade justa.

Ações na justiça

Com a aprovação da lei que estabelece a cobrança das contribuições para segurança social dos aposentados e pensionistas a partir de maio, a assembléia dos docentes da Ufrgs, realizada no último dia 11, decidiu ajuizar as seguintes ações judiciais: a) mandado de segurança contra os descontos para inativos e pensionistas; b) mandado de segurança contra o aumento da alíquota previsto na Lei 9783/99, tanto dos ativos como inativos. A assembléia aprovou ainda as duas formas de contraprestação do trabalho a ser desenvolvido pelo assessoria jurídica. A primeira é a Taxa de Ajuizamento, que vale como antecipação de honorários (R\$ 60,00 para os docentes com DE; R\$ 40,00 para os docentes com regime de 40 horas e R\$ 20,00 para os docentes com regime de 20 horas). A segunda forma é o pagamento ao final do processo em duas hipóteses: a) não havendo liminar no decorrer do processo, mas vitória ao final (10% para escritório de Porto Alegre e 5% para o escritório de Brasília em caso de recurso e honorários de 1% para o perito contábil e b) concessão de liminares e vitória ao final da ação (10% sobre o valor bruto da remuneração ou provento de um único mês).

CARTAS

(...) o jornal ADVERSO é uma das mais legítimas, corajosas e lúcidas expressões, não apenas da imprensa universitária e sindical, mas da imprensa simplesmente, onde é possível ler com interesse e proveito matérias serenas e corajosas como a magnífica análise de sua autoria sobre o presidente e a sua máscara (matéria de capa). Parabéns pela atitude digna e corajosa de toda a equipe do jornal e da própria Diretoria da Associação Docente!

Prof. Dr. Roberto Romano
Unicamp

Na matéria assinada pelas Prof. Jaqueline Moll e Nalú Farenzena da FACED/UFRGS (edição anterior do ADVERSO), a engenharia foi citada como um exemplo da viabilidade de tais cursos. É importante dizer que estes, na realidade, são contra-exemplos pois, ao contrário do que afirmam, os cursos de engenharia operacional e tecnólogos afetaram, sim, as carreiras de nível superior tradicional. Acreditamos que, salvo melhor juízo, tais cursos são inviáveis para setores com profissões regulamentadas, pois geram problemas de atribuições profissionais e exercício ilegal de profissões históricas. Especificamente sobre os cursos citados, esclarecemos que os engenheiros operacionais, com cursos de duração de 3 anos, foram extintos há mais de uma década e que os tecnólogos, que são em número muito reduzido, estão praticamente marginalizados dentro do sistema de exercício profissional. Acho que temos de estudar mais esta questão, pois me parece que querem transformar a Universidade em fábrica de cursinhos de segunda classe, como os exemplos usados pelas professores.

Prof. Cezar Thober
Chefe do Dequi/EE/Ufrgs
Coordenador Adjunto do GT Ensino de Engenharia e Diretrizes

Cesar Augusto Barcellos Guazelli / Prof. Adjunto do Dep. de História da Ufrgs

Muita festa, por que não?

**Docente rebate artigo de Attico Chassot,
professor na Unisinos, sobre a comemoração promovida pela Reitoria
aos aprovados no vestibular da Ufrgs em 1999**



Em dezembro de 1998 o Corinthians ganhou o Campeonato Brasileiro, daí os corintianos fizeram grande festa enquanto todos os demais torcedores brasileiros amargaram decepção. Depois a cristandade festejou uma vez mais o nascimento do Menino Jesus, mas os muitos muçulmanos, israelitas, budistas e outros tantos não foram incluídos nessas comemorações. Em fevereiro a escola de samba Estado Maior da Restinga ganhou o desfile de carnaval em Porto Alegre, e as gentes da Tinga fizeram festa ao tempo em que os demais carnavalescos recolheram suas fantasias e tamborins. Festa de uns, infelicidade de outros! Isto retira a legitimidade de festejar? Não devem os "bixos" da Ufrgs comemorar seu ingresso?

No ADVERSO da segunda quinzena de janeiro de 1999, em artigo intitulado "Uma festa (no mínimo) infeliz", o professor Attico Chassot escreveu sobre a comemoração do último exame vestibular da Ufrgs, patrocinada pela Reitora Wrana Panizzi, afirmando "a ninguém é lícito festejar a exclusão". Foi além, acusando a Reitora de portar-se neste caso como "marqueteira vil e tripudiar sobre mais de 35 mil pessoas", e que a referida festa seria de "muito mau gosto, ou melhor, inoportuna e alienada". Compartilho com o professor Chassot a preocupação quanto ao limitado ingresso às universidades públicas, que exclui a grande maioria dos estudantes que para tanto se habilitam. Mas isto retira dos aprovados o direito da festa? Se constituem estas festas em fatores de alienação?

As comemorações de calouros são tão antigas como as mais antigas unidades que vieram a formar a Ufrgs. Na condição de Diretor Interino do Museu Universitário, tive a oportunidade de organizar em maio de 1998, uma exposição de fotografias –provenientes do acervo do Museu e de contribuições particulares– sobre as muitas festas das quais participa-

ram os "bixos" de nossa universidade nas últimas quatro décadas. Esta mostra –intitulada "Calouros de Ontem, Hoje e Sempre"– evidenciou claramente três situações distintas, que passo a descrever.

Até 1968 –ano do famigerado Ato Institucional nº5 – as comemorações tinham como clímax a famosa "Passeata dos Bixos", ocasião em que os calouros invadiam as ruas do centro de Porto Alegre e apresentavam espetáculos de raro senso crítico em relação ao sistema e às autoridades. Quem não lembra os combativos "bixos" da antiga Filosofia, todos com vestes negras, soltando as pombas brancas num "clamor mudo" pela liberdade? Tão temidas eram as passeatas que foram terminantemente proibidas. Mas também havia churrascos, bailes, bebedeiras e outros que tais. Eram alienados estes festejos?

Nos anos 70 os "bixos" recolheram-se aos âmbitos de seus cursos, submeteram-se aos rituais inventados pelos respectivos "veteranos", usaram seus chapéus e fizeram seus bailes, tudo isto sem mostrarem suas caras e cartazes para as ruas. Mas também assistiram mostras de cinema, peças de teatro, palestras, conferências, e receberam de seus centros acadêmicos as múltiplas interpretações e "guias para a ação" que os estudantes gestavam e pariam na incessante luta pela transformação da sociedade. Nestes aparentemente caóticos "ritos de passagem" os calouros recebiam suas primeiras lições de cidadania, não dos circunspectos mestres, mas dos enlouquecidos "veteranos", que as tinham recebido de outros e outros tantos mais. E, com certeza havia festa, muita festa mesmo! Eram elas, tão belas festas, alienadas?

Depois, sim, tudo mudou. Deixaram de existir as turmas, e os estudantes matriculavam-se mais em siglas assépticas do que em cursos ou faculdades. Quase já não se distinguiam os "bixos" dos "veteranos" naqueles imbróglios de números e le-

tras, e os centros acadêmicos dirigiam-se a platéias cada vez mais fragmentadas onde faltavam referências comunitárias. Anos de difícil articulação dos movimentos estudantis, de vozes cada vez mais caladas, de ênfase no indivíduo e no acúmulo de créditos. E também –não me parece coincidência– anos sem festas na universidade! Como é difícil viver sem festas e –dizem alguns– a natureza tem horror ao vácuo, as comemorações mudaram de dono e de lugar, passaram ao patrocínio dos "cursinhos" e dos principais órgãos da imprensa nativa. Não havia mais o processo transformador que, do "bixo" recém batizado nas festas da Ufrgs, fazia um "veterano", muito cioso do lugar que ocupava e da responsabilidade social que este lugar privilegiado lhe conferia. Esta era, sim, uma festa alienada, mas alienada não por ser festa, mas por estar fora de lugar, fora do ambiente universitário onde significava alguma coisa bem maior.

Há decerto inúmeras coisas a melhorar em nossa universidade. Também creio fundamental o exercício permanente de um espírito crítico que desfaça o que resta da "torre de marfim" e devolva a Ufrgs para a sociedade, onde atue e corresponda ao que esta mesma sociedade lhe confiou. Em meio a tudo isto, o gesto de festejar os novíssimos "bixos", longe de ser um escárnio aos que fracassaram, me parece simbolizar uma cálida incorporação daqueles que se haviam tornado tão distantes. Foi, sim, um dinheiro bem empregado! Os alunos da Ufrgs merecem mais atenção que elevadores trepidantes, paredes periclitantes e materiais de escritório obsoletos. Lamentavelmente eles são poucos, mas estes poucos, se tiverem a oportunidade de uma vivência universitária de convívios e trocas, poderão adquirir aquela consciência do papel que lhes cabe e talvez venham a ser os agentes das mudanças rumo a um futuro melhor. E, espero, com muita festa!

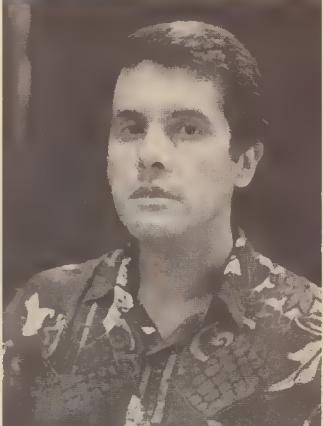
DUPLA FACE

A política de Ciência e Tecnologia do governo de Fernando Henrique segundo avaliação de dois professores da Ufrgs

Carlos Alexandre Netto / Diretor do ICBS – Ufrgs

Ciência e Tecnologia no Governo FHC

Fotos Fabrício Osanai



Nos momentos de dificuldade e de perspectivas pouco animadoras, toda avaliação qualitativa corre o risco de um viés negativo. Contudo, procurarei me concentrar em aspectos objetivos.

Percebeu-se claramente no primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique a ausência de uma política de Ciência e Tecnologia. De um lado, o Ministro Israel Vargas chegou a anunciar um orçamento próximo de 1% do PIB para sua pasta; de outro, a comunidade científica agonizava pela falta de recursos.

A título de exemplo: a) houve estagnação do número de Bolsas no país, em todas as modalidades, e diminuição de Bolsas para o exterior. Ora, num país jovem, com fantástico crescimento populacional e aumento da oferta de profissionais graduados, o sistema de formação de recursos humanos tem que apresentar um crescimento constante: a estagnação significa um retrocesso; b) o fomento aos projetos de pesquisa foi praticamente zerado pelo CNPq, e a Finep (entidade que financiava vários projetos institucionais) sofreu enormes constrangimentos nesta área. Assim, sem recursos, vários laboratórios estão a ponto de encerrar suas ativi-

dades pois os professores-pesquisadores, mesmo habituados a adquirir insumos de seu orçamento pessoal, agora não podem mais fazê-lo devido a enorme defasagem salarial enfrentada. E as Universidades, com dificuldades orçamentárias inenarráveis, são constrangidas a priorizar a sobrevivência e o dia-a-dia no qual a pesquisa acaba sendo pouco aquinhoadas.; c) vários Institutos de Pesquisa pertencentes ao CNPq estiveram a ponto de fechar as portas em 98. Neste ponto é importante salientar que o CNPq e a Finep são (ou eram?) as únicas fonte de recurso nos estados que não possuem FAPs estruturadas e atuantes, e também que a crise praticamente não afetou o Estado de São Paulo justamente pela firme atuação da Fapesp.

Uma das poucas iniciativas positivas do MCT foi o Pronex. Porém, este programa, agora já desvirtuado dos originais objetivos, atende a muito poucos grupos; e a elitização não é estratégia para desenvolvimento e consolidação.

Logo, sem política definida de C&T e com poucos recursos efetivamente distribuídos pela comunidade científica, o desempenho do Governo do Presidente Fernando Henrique deixou muito a desejar. E o que pensar sobre os

próximos anos?

Contudo, um dos piores efeitos desta falta de política de C&T (há os que sugerem, por outro lado, que há uma clara política de desmonte de C&T, mas tenho dificuldades em aceitar esta tese) é sobre a motivação e a esperança dos atores do processo: pesquisadores, professores e seus estudantes de pós-graduação e iniciação. Mesmo num período de estabilidade econômica (hoje sabemos o custo de tal 'fantasia'), o Governo Federal não teve sensibilidade para investir em C&T (nem na saúde, tampouco na área social). Vencer esta desesperança e a inevitável frustração, e continuar formando recursos humanos competentes em C&T passa a ser ainda mais importante, apesar de todas as dificuldades que se afiguram. Tanto a sociedade como os políticos tem pouco conhecimento de que a C&T pode alavancar o desenvolvimento da nação, não apenas no aspecto tecnológico, mas também social e econômico, e isto em parte por falta de quem faz ciência sem se preocupar em socializar e divulgar a sua prática. Ainda, é fundamental que a comunidade científica tenha assento, mesmo que marginal, próximo ao centro do poder.

Hélio Trindade / Professor de Política e ex-reitor da Ufrgs

C&T ausente no governo FHC



A ausência de uma política consistente do governo nos campos da educação superior e C&T está destruindo os investimentos feitos nas últimas décadas. O Brasil, que havia se tornado o principal centro formador de recursos humanos dos países do hemisfério Sul, ainda buscou preservar com a redemocratização, embora em patamar mais baixo, as políticas de expansão da pós-graduação e da pesquisa em todos os campos do conhecimento. O debate nacional "C&T numa Sociedade Democrática", proposto pelo ministro Renato Archer definia a direção e a relevância dessas políticas como estratégicas pa-

ra o desenvolvimento do país, embora o Governo Sarney não tenha cumprido a promessa feita à SBPC de aumentar os investimentos em C&T a 1,5% do PIB.

Com o Governo Collor, o Brasil se lança de olhos vendados no "duplo salto mortal sem rede" (Ennio Candotti) da inserção globalizada e se intensificam as agruras do financiamento da pesquisa com reflexos na qualidade da pós-graduação. Ainda no Governo Itamar, apesar das crescentes limitações de recursos para pesquisa, ao menos parte do dinheiro das privatizações era usado para financiar equipamentos de

pesquisa de alto custo.

Hoje, com o Governo FHC, atingiu-se o clímax no processo de "desfinanciamento" em todos os níveis. Recente portaria do presidente do CNPq foi a declaração pública de falência do Governo em C&T e pós-graduação. Esta terá ainda sobrevida pela inércia do capital humano de alto nível. O próprio Pronex (Programa de Apoio a Núcleos de Excelência) entrou em crise de financiamento com o ajuste fiscal. Não restou pedra sobre pedra e a história não absolverá um governo que deixou a Universidade pública e as políticas de C&T à deriva.

Íntegra de nota do Conselho Deliberativo do CNPq solicitando ação efetiva do Ministério de C&T pela preservação de programas de apoio à pesquisa no país

O Conselho Deliberativo do CNPq, reunido em 11/03/99, analisou o quadro geral da realidade orçamentária dos principais programas de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico do país.

E, levando em conta:

– o expressivo comprometimento dos principais programas de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico do Ministério de C&T;

– a necessidade de assegurar um fluxo regular e expressivo de recursos para o fomento e para o reforço da infra-estrutura científica e tecnológica do país;

– a importância de ampliar a articulação com outras agências de fomento à ciência e de apoio ao financiamento do setor;

Resolve:

Recomendar uma ação efetiva do Ministério de C&T no sentido de ampliar a articulação e assinar convênios com governos estaduais, fundações de amparo à pesquisa e instituições similares, buscando assegurar parcerias capazes de regularizar o desembolso financeiro dos principais programas em curso, que dependem de contrapartida (PADCT e FNDCT).

Além disso, o CD do CNPq manifesta também a importância de preservar os instrumentos e ampliar os recursos de fomento à ciência, incluindo o Pronex, e os Programas de Bolsas como formas de contribuir para a retomada de uma trajetória de desenvolvimento sustentado." Outras decisões:

– O CD do CNPq aprovou na reunião de ontem o novo estatuto da instituição, que cria a figura da presidência do CNPq composta por um presidente e três vices (não especificando a área de cada um deles).

– O CD decidiu também que em sua própria composição haverá sete membros representantes da comunidade científica –cinco deles escolhidos por processo administrado pela SBPC, um representante indicado pela Academia Brasileira de Ciências e um representante dos Comitês Assessores (CAS).

– E mais: ficou acertado que dos dois representantes do Ministério da C&T, um deles deve necessariamente representar os Institutos de Pesquisa (antes vinculados ao CNPq).

JURÍDICO

Entenda os precatórios

Francis Campos Bordas
Assessoria Jurídica da Adufrgs

O precatório é um instrumento previsto na lei brasileira para que os órgãos públicos paguem seus débitos nascidos de decisões judiciais favoráveis aos servidores. De cada processo é extraído um único precatório. O precatório não contém apenas os créditos do trabalhador, mas também as custas judiciais (em favor da União), honorários de peritos de confiança do juiz, etc. Deste "bolo" é feita a repartição para cada um dos interessados. Em um processo com muitas pessoas, este rateio é mais difícil do que parece.

A Universidade coloca os valores à disposição de quem os solicita: o presidente do Tribunal. O Tribunal distribui este total de precatórios por processo, destinando às Juntas (na Justiça do Trabalho) ou Varas (Justiça Federal) o valor correspondente a cada um. A seguir, o juiz de primeiro grau, após conferir os descontos devidos, expede um alvará autorizando os advogados a retirar os valores de uma conta judicial (que recebe atualização diária). Os advogados são responsáveis por fazer o rateio do valor total do processo entre todos os servidores que compõem a ação, calculando quanto cada um deve receber em valores líquidos. Apenas após receber os valores da conta judicial e fazer este rateio é que se saberá o valor preciso de cada reclamante, passando-se imediatamente ao pagamento do trabalhador.

Mas, afinal, que descontos são estes?

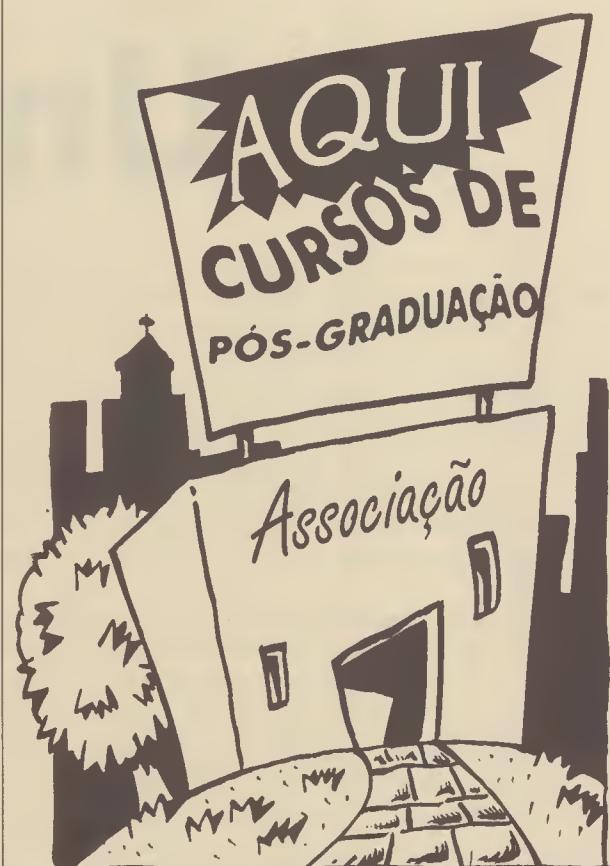
Embora seja de duvidosa justiça, a lei manda que os rendimentos recebidos pelos trabalhadores através de ações judiciais sejam tributados, podendo gerar descontos de até 27,5% a título de imposto de renda. Antes da expedição do precatório os advogados

fazem o possível para que esta tributação não ocorra. Contudo, os tribunais já firmaram entendimento de que o imposto de renda é devido. Além do imposto de renda, é também descontado o valor da seguridade social do servidor, atualmente em torno de 11%. Portanto, estes descontos incidem sobre o total do precatório porque o total do precatório é justamente a renda paga pela Ufrgs ao trabalhador. O fato desta renda ser tributada não lhe retira a qualidade de rendimentos que teoricamente foi recebido integralmente pelo servidor. Se o desconto não fosse feito, o trabalhador ainda assim deveria pagar o imposto de renda nos mesmos percentuais quando do ajuste anual. Quem não paga o imposto de renda estará sonegando imposto. Portanto, o imposto de renda, seja ele descontado do total do precatório ou pago pelo servidor mais tarde, será sempre devido.

É absolutamente indignante esta tributação, já que o próprio governo deu causa a este pagamento acumulado de uma diferença que provavelmente não seria tributada se paga no momento certo, mês a mês. A lei se preocupa com quem não tem como sonegar — que é aquele que tem contracheque, ao contrário dos grandes sonegadores que não têm uma fonte pagadora fixa. É justo? Não, mas é a lei e o Judiciário tem sido implacável em exigir seu cumprimento.

É regra geral da advocacia que os honorários advocatícios sejam calculados sobre o resultado da ação. O resultado deve ser entendido como o total de créditos, ou seja, o valor total pago pela parte perdedora, independentemente da parte vencedora ter que obrigatoriamente repassar ao fisco parte de sua vitória. No caso dos trabalhadores da Ufrgs, os honorários devidos aos advogados incidem sobre o total da condenação e não apenas sobre o líquido pago ao trabalhador.

UNIVERSIDADE



Pós-graduação não é mais prerrogativa das universidades

A Universidade precisa reavaliar urgentemente seu papel para garantir sua própria sobrevivência. A partir de agora, empresas, associações e outros tipos de entidade poderão oferecer cursos de especialização profissionalizante em nível de pós-graduação. Até então, apenas as universidades e faculdades poderiam fazê-lo. A resolução, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação, exige que os cursos obtenham uma licença especial do órgão ou estejam ligadas a algum curso bem avaliado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). São bem avaliados os programas com nota 4, em escala que varia de 1 a 7.

Segundo o presidente do Conselho, professor Éfrem Maranhão, a medida "vem estimular as formas de integração do ensino regular com o ambiente do trabalho".

Na verdade, a liberação regulamenta o mercado de pós-graduação "latu sensu", nas quais os cursos são ministrados e, só quando encerrados, seus organizadores requisitam o reconhecimento do MEC. Agora, quem se dispõe a enfrentar uma especialização já saberá de antemão se o Ministério avalia ou não aquela iniciativa.

No entanto, este parece ser o único ponto positivo do sistema para estudantes que se dispuseram a enfrentá-lo. Embora Maranhão garanta que serão asseguradas as formas para que os cursos mantenham a qualidade, é difícil prever qual nível de compromisso eles poderão manter com questões pertinentes mais ao ensino propriamente dito do que ao mercado de trabalho a que servem.

De qualquer forma, Maranhão garante que o Conselho terá como manter o alto nível dos cursos. "Os critérios de avaliação serão parecidos aos aplicados às pós-graduações das universidades e faculdades", assegura ele. O professor garante que só serão reconhecidos os cursos de instituições que comprovarem ter infra-estrutura e pessoal qualificado para mantê-los.



MP limita vitórias judiciais de SPFs

Governo federal editou, na véspera do Carnaval, uma Medida Provisória (MP) que cria limites para as vitórias judiciais do funcionalismo público e retarda o cumprimento de sentenças que impliquem aumento dos gastos da União, dos estados e dos municípios. Com a MP, as decisões de primeira instância judicial deixam de ter validade em todo o país, passando a ser aplicadas apenas nos estados onde foram concedidas, mesmo que a entidade vencedora na justiça tenha representação nacional. Um dos objetivos do governo é limitar o poder das entidades sindicais.

AMP também ampliou os prazos que os órgãos públicos terão para apresentar recursos e pedir revisão de sentenças definitivas em diversos tipos de disputa

judicial. Além do mais, sempre que uma decisão judicial implicar em aumento da folha de pagamento, o poder público simplesmente ficará desobrigado de cumpri-la enquanto couber algum tipo de recurso, mesmo que o juiz ou o tribunal tenha determinado a execução imediata da sentença.

Assim, o governo espera conter o aumento dos gastos com o funcionalismo decorrente de conquistas trabalhistas obtidas judicialmente.

Também ocorreram mudanças nas ações civis públicas propostas pelos sindicatos. De agora em diante, é obrigatória a apresentação da ata da assembleia em que foi aprovado o ajuizamento da ação juntamente com o nome e os endereços dos interessados.

Um encontro marcado por divergências

O 18º Congresso Nacional do Sindicato dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Andes, que aconteceu entre os dias 25 de fevereiro e 1º de março, em Fortaleza, Ceará, reuniu aproximadamente 550 professores entre delegados e observadores para discutir os rumos do ensino público superior, a conjuntura política e econômica do país. Em clima tenso, com agressões verbais e até físicas durante as reuniões de grupos, o Congresso foi marcado pela diversidade de ideias e por divergências que deixaram muitos professores envergonhados com a própria categoria.

Um exemplo lamentável ocorrido nos bastidores do Congresso foi um professor muito exaltado, Roberto Boaventura de Sá, representante da delegação da Universidade do Mato Grosso, que tentou agredir fisicamente a professora Edna Fiód da delegação de Santa Catarina.

Nem a homenagem ao poeta nordestino Patativa de Assaré feita pela professora Lena Lúcia Espíndola Rodrigues Figueirêdo, anfitriã do evento e presidente da ADUFC (Associação dos Docentes da Universidade do Ceará), e nem a apresentação do espetáculo "Bravíssimo", peça dirigida e encenada por Ricardo Guilherme, conseguiram manter os ânimos dos professores. Já na abertura do evento, os congressistas mostraram como iriam marcar forte oposição contra o Governo FHC, no tocante às políticas social e econômica e, principalmente, educacional.

Os professores identificados como oposição à Diretoria da Andes-SN saudaram o representante do MEC, Luis Roberto Liza Curi, Diretor de Políticas Educacionais da Secretaria de Educação Superior, com uma sonora vaia na sessão de abertura do Congresso da entidade, no Centro de Convenções de Fortaleza. O mesmo tratamento foi dado às mensagens de saudação enviadas por vários políticos como o senador Antônio Carlos Magalhães,

Inocêncio Oliveira e outros governistas.

Não satisfeitos com as vaias para o convidado do MEC, durante a explanação de Curi, os professores revoltaram-

tados levantaram e ficaram de costas para a mesa de debates. Para completar, em seu discurso, Liza Curi afirmou que a qualidade do ensino nas instituições públicas vem melhorando. A prova deste fato, segundo ele, é que as vagas nas universidades federais aumentaram em 40% nos últimos 10 anos, 77% dos docentes possuem título de doutor e 57% possuem título de mestre. Os professores não concordam que tenha havido melhorias nas instituições públicas de ensino superior e nem no ensino superior de uma forma geral. Segundo a Andes,

10% (2,1 milhões de pessoas) da população com faixa etária ideal para o ensino superior estuda hoje nas universidades brasileiras e, entre estes, apenas 800 mil estão em instituições públicas. Para Renato de Oliveira, presidente da Andes, "os cortes de verbas que as universidades públicas estão sofrendo são comprometedores e apontam para um futuro incerto da instituição", afirma.

A oposição, indignada com o convite da Diretoria da Andes ao representante do MEC, reclamava dizendo que o governo já fala através de Medidas Provisórias e Projetos de Lei e não era esse o momento da categoria ouvir uma lista de números e uma promessa de aumento da GED em 10%. Poucos manifestantes perceberam que esse aumento não será imediato, pois depende da aprovação do Projeto de Lei, cujo envio ao Congresso Nacional Curi acabara de mencionar.

É consenso entre os docentes que o arrocho orçamentário está comprometendo cada vez mais o acesso de estudantes às universidades e comprometendo também a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Para a Direção da entidade não existe boas intenções por parte do Governo: "defendemos o aumento do orçamento porque não acreditamos no discurso do governo em apoiar uma educação de qualidade", disse Dalton Macambira, vice-presidente da Andes-SN que substituiu o presidente Renato de Oliveira na abertura do Congresso.

Disposição para enfrentamento

A palavra de ordem no 18º Congresso da Andes foi a união da classe e o enfrentamento ao governo FHC. O Congresso já definiu um plano de lutas para as instituições federais de ensino superior que inclui, entre outros pontos, a união com entidades como a OAB e a CUT; luta contra o "confisco" salarial decorrente da MP 177/98 e a conscientização e mobilização da sociedade em função dos problemas do ensino e do país como um todo. Os professores classificam o momento como extremamente crítico e acreditam que só a mobilização pode por fim ao que consideram "os desmandos e o entreguismo de FHC", entre outros adjetivos.

Para os professores, os quatro anos de mentiras em que se configurou o primeiro mandato de FHC, vão se transformar agora em um período de lutas e mobilização social contra um modelo econômico desastroso. "Depois de um mandato no paraíso, FHC vai viver outro no purgatório. Só assim sairemos deste inferno em que ele nos colocou", afirmam. A palavra greve não foi colocada de forma direta durante os dias de Congresso, mas nem a Diretoria e nem os delegados descartam uma possibilidade de que ocorra uma paralisação após a grande mobilização da categoria prevista para o primeiro semestre deste ano.

Autonomia sem consenso

Durante o Congresso, o movimento docente de oposição à atual Diretoria da Andes manteve sua posição contrária a qualquer projeto de lei que regulamente o texto constitucional do Art.207, segundo o qual "as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e

obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão". Os debates foram duros porque para a Diretoria da Andes, a tese da auto-aplicabilidade é uma interpretação equivocada e representa uma ameaça ao ensino superior brasileiro. O presidente da Andes explica que a Constituição não define por si só o quadro institucional da autonomia e sem tal definição, a "auto-aplicabilidade" significa, na prática, uma desregulamentação do ensino superior, com óbvias consequências negativas.

"A Carta assegura a autonomia. Mas é preciso regularizar o quadro institucional que permitirá o exercício deste direito a fim de que se assegure o caráter público das universidades, mesmo quando mantidas por entidades privadas; a aplicação de recursos públicos, principalmente estatais; se estabeleçam princípios que garantam uma gestão democrática, transparente e isonômica de todas as instituições de ensino superior nacionais", acrescenta Renato.

O presidente da Andes esclarece que é preciso definir e estabelecer nesse Projeto de Lei os seguintes passos:

1- Um ente jurídico voltado para o exercício autônomo de uma função pública, e não para o exercício descentralizado de uma função estatal, como é o caso das atuais autarquias universitárias;

2- Um regime de financiamento que garanta a manutenção das atuais Universidades públicas e sua expansão, mantendo a gratuidade do ensino. Nesse caso, a Diretoria da Andes propõe a discussão de normas que apontem para o aumento das dotações estatais, a busca de um sistema de contribuições específicas de setores da economia que se beneficiam da atividade universitária, e de um sistema de incentivos fiscais, que crie um fundo a ser gerido autonomamente pelas instituições. Ele explica que não se trata de incentivar a "venda de projetos", mas de reconhecer que é graças ao trabalho das universidades públicas que o Brasil é, por exemplo, um dos grandes produtores mundiais de petróleo graças à tecnologia de pesquisa e exploração em águas profundas. "Por que estes ganhos para a economia não podem reverter para um fundo que garan-

ta a expansão do sistema público de ensino superior?", questiona Renato;

3- Um modelo flexível de gestão e avaliação que propicie transparência, regime de pessoal isonômico e que seja compatível com a função específica da Universidade, as garantias de um serviço público e a relevância social do ensino superior;

4- Instrumentos eficazes de controle público sobre o ensino superior privado. A regulamentação de educação e pesquisa em instituições públicas ou privadas e a defesa da autonomia das universidades privadas face às suas responsabilidades para com a categoria. Mais ainda, um grupo cuja concepção de democracia parece ser entendida apenas como alinhamento às suas posições políticas.

Sectarismo e soberania

Um fato insólito ocorreu durante o Congresso em mais uma ação orquestrada pela oposição: a tentativa de cassação de algumas delegações presentes no encontro dos docentes. Já no primeiro dia do Congresso houve a cassação da delegação de Alagoas. Os representantes da Universidade de Alagoas que foram eleitos por uma assembleia de 53 docentes foram impedidos de participar do Congresso. A argumentação foi baseada no estatuto da Associação local que exigia a presença de 56 representantes (5% dos professores filiados). Como o critério não é comum a todas as sessões sindicais, entre os defensores da cassação há casos como o dos oito delegados da Universidade de São Paulo (3.006 sindicalizados) eleitos numa assembleia com apenas nove representantes. Também na UFRJ, que possui mais de 3.600 filiados, uma assembleia de 31 participantes elegeram 13 delegados. Até o último dia do encontro os professores da oposição trabalharam na tentativa de cassar também a delegação da Ufrgs devido ao uso indevido de uma palavra por parte da relatora da Associação num texto elaborado antes do Congresso. Falava-se que até um dos membros da Adufgs estava sendo convencido por professores da antiga Diretoria da Andes a votar a favor da cassação de sua própria delegação.

Devido a estes fatos contrariados com a posição intransigente de alguns professores em relação às deliberações

ções do 18º Congresso Nacional da Andes-SN, representantes da APUBH (Associação Profissional dos Docentes da UFMG) lançaram um manifesto de repúdio com os rumos tomados no evento nacional da categoria.

O documento cita que quando os docentes deveriam se mostrar unidos, fortes e determinados a definir ações para a construção de uma sociedade democrática, o que se encontra é o sectarismo de um grupo para o qual o conceito de autonomia pode ser interpretado como soberania isenta de responsabilidades para com a categoria. Mais ainda, um grupo cuja concepção de democracia parece ser entendida apenas como alinhamento às suas posições políticas.

Votações disputadas

As votações e discussões finais do XVIII Congresso Nacional da Andes viraram a madrugada e só terminaram na manhã do dia 2 de março. Na agenda política dos docentes aprovada, os professores universitários determinaram que vão contrapor-se às políticas de favorecimento do governo FHC e vão lutar contra as propostas do governo de organização sindical e autonomia universitária que tramitam no Congresso Nacional.

A oposição à Diretoria da Andes, que era maioria no evento em número de delegados, conseguiu derrotar as principais teses da Diretoria da entidade, como a proposta apresentada de que os professores tenham como eixo central de luta a defesa da Soberania Nacional. Para o presidente da Andes, o Congresso optou por desconsiderar propostas mais abrangentes e o que predominou foi uma posição simplista do "Fora FMI e fora FHC". A Diretoria da Andes reuniu-se ao final do evento e decidiu, através da publicação de uma nota, infor-

mar a firme decisão de cumprir as resoluções do Congresso mas reservando, ao mesmo tempo, o direito de levar à debate com o movimento docente e com a sociedade, todos os temas debatidos no Congresso. A nota foi encaminhada às ADs e foi incluída na homepage da Andes", declarou Renato.

Um ponto de consenso no Congresso foi quanto à reforma da legislação sindical. Todos os docentes votaram pelo repúdio à proposta de emenda constitucional do governo de acabar com a agremiação da categoria. Na opinião do presidente da Andes, essa PEC desmobilizaria os docentes impedindo a organização e consequentemente qualquer formulação de pautas e reivindicações.

Dengue Hemorrágica

O presidente da Andes-SN, Renato de Oliveira, não teve sorte. Além de ter que aturar os ataques da oposição à sua Diretoria, não pode presidir a abertura do XVIII Congresso da Andes. Ele foi picado pelo mosquito da dengue quando viajava visitando as sessões sindicais da entidade no Pará, Amapá, Amazonas e Bahia. Resultado: dengue hemorrágica e uma internação no Hospital São Mateus na capital cearense. Renato, que ficou internado três dias, ainda necessitou enviar um atestado médico para ser distribuído no Congresso já que muitos professores não acreditaram que o presidente da Andes estava realmente doente. Em tempo: para tristeza da oposição, o presidente da Andes não só voltou ao trabalho como conseguiu acompanhar o final do Congresso.

Carta de Fortaleza

Um documento elaborado pela Diretoria da Andes, e não uma proposta retirada do Congresso, foi publicado e distribuído no último dia do evento. Intitulado "Carta de Fortaleza", o texto traduz o sentimento de frustração de muitos professores em relação ao evento e também reafirma posições anteriormente propostas como o não pagamento da dívida externa e o rompimento dos acordos com o FMI, o compromisso com a defesa dos princípios da

soberania nacional e do tratamento coerente ao capital estrangeiro. No plano interno, o documento destaca, entre outros pontos, a reestruturação da dívida pública no interesse da sociedade, a justiça na atribuição de tributos e subsídios e o pagamento da dívida social mediante a implementação de políticas públicas que garantam o imediato atendimento das necessidades básicas. A versão definitiva da Carta de Fortaleza está publicada na página seguinte.

18º CONGRESSO DA ANDES

Seminários foram sucesso de público

O Congresso da Andes ocorreu em meio o agravamento da crise econômica. Mesmo assim, o evento se desenvolveu em torno de três temas que, como ocorre tradicionalmente nos eventos dessa natureza, são discutidos em grupos mistos e, posteriormente, em reuniões plenárias. Em Fortaleza foram debatidos: Tema I – Universidade Pública, Autonomia e Soberania Nacional; Tema II – Trabalho Docente: Carreira, Salários, Qualificação, Avaliação e Organização Sindical; Tema III – Questões Organizativas e Financeiras da Andes-SN.

Antes de discutir esses temas, os delegados presentes ao Congresso tiveram a oportunidade de participar de uma iniciativa inovadora: a realização de seminários promovidos em colaboração com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Unitrabalho. Esses seminários, ocorreram entre os dias 24 e 26 de fevereiro e abordaram os temas: "A Globalização, o Neoliberalismo, o Desemprego e a Crise Social", "Ética, Política e Economia", "A Universidade face às demandas sociais e econômicas", "Mudanças na Legislação Trabalhista e Sindical e suas repercussões" e "Políticas para o Ensino Superior e Sindicalismo".

Os seminários foram um sucesso de público. Com auditórios lotados, os mais concorridos foram os que tiveram a participação do ex-governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, de Márcio Poschmann, da Unicamp e Paulo Nogueira Batista Filho da FGV. A Reforma Sindical também foi tema muito debatido depois, como vem sendo proposta pelo governo federal, trará graves consequências para a organização dos trabalhadores de todas as categorias em virtude da fragmentação do sindicalismo e da fragilização de suas estruturas financeiras. O alerta foi dado pelo debatedor convidado para o evento, Ulisses Riedel, diretor do DIAP. Outro seminário concorrido foi o promovido com o apoio da Unesco e que abordou as tendências mundiais em termos de política para o ensino superior e do sindicalismo, numa mesa da qual participaram Marco Antônio Dias, chefe do departamento de ensino superior da Unesco, Fernando Rodal da Confederação de Educadores Americanos-CEA e Daniel Monteux da FISE da Federação Internacional de Professores Universitários.

Os seminários foram marcados, também, pelo exame da situação econômica nacional, inclusive das tensões decorrentes de medidas tomadas pelo governo federal contra os estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, ameaçando aspectos fundamentais da natureza federativa da República. Desde o primeiro momento, a Andes-SN solidarizou-se com os governos desses estados. Por isso, o evento teve a participação de lideranças políticas nacionais e estaduais envolvidas na questão.

Na ocasião, foi lançado o "Caderno Andes – Opinião Sindical", um livro sobre a reforma sindical e trabalhista. A publicação que trata da "Reforma Sindical e Trabalhista no Governo FHC", um texto proposto pela diretoria da Andes-SN ao XVIII Congresso da entidade, foi organizado pelo 1º vice-presidente Dalton Macambira e possui textos do diretor nacional do DIAP, Ulisses Riedel, do secretário de organização da CUT Nacional, Marcelo Sereno e do coordenador do Centro de Estudos Sindicais-CES, João Batista Lemos.



Prestígio: debate com o ex-governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque (D), foi um dos mais concorridos

Carta de Fortaleza

O 18º Congresso da Andes-Sindicato Nacional, realizado na cidade de Fortaleza, foi o maior dentre todos os realizados até hoje. O grande afluxo de professores de todo o país à capital do Ceará reflete a preocupação existente no corpo docente com a grave crise por que passam a sociedade e a universidade brasileira.

Depois de quatro anos aplicando a cartilha neoliberal –abertura comercial e financeira, desmonte do Estado, desregulamentação do mercado de trabalho e desnacionalização da economia–, o governo de Fernando Henrique Cardoso lançou o país na maior crise econômica e social de sua história. As condições gerais do país, hoje, são muito piores do que aquelas de quatro anos atrás. O desemprego, a concentração de renda e a exclusão social cresceram vertiginosamente.

O crescente endividamento externo e interno deixou o país totalmente vulnerável à sanha especuladora do capital internacional. Para não prejudicar seu projeto eleitoral, FHC permitiu que houvesse uma grande fuga de divisas, deixando o país sem as condições mínimas para executar uma política econômica própria. Sem respaldo interno e externo, entregou o país à administração direta do FMI. Sem apresentar resistência, dobrou-se às imposições que lhe foram feitas pelo centro do capitalismo internacional, negociando acordos danosos aos interesses nacionais.

Os pilares que davam sustentação, apoio popular e legitimidade social a FHC, em seu primeiro mandato, foram a moeda forte e a inflação baixa. Um pilar já ruiu, o outro está ruindo.

Com a desvalorização do Real e a volta da inflação, as diferenças sociais aumentarão ainda mais. Sem ter a dignidade de reconhecer seus fracassos, FHC quer que o conjunto da sociedade pague pelos seus erros. O governo já pensa em não reajustar plenamente o salário mínimo em maio, assim como pretende manter congelado o salário dos servidores públicos pelo quinto ano consecutivo. A luta contra o arrocho salarial e o desemprego é, portanto, comum a todos aqueles que dependem do trabalho para dar uma vida digna a suas famílias.

Um elemento central da atual conjuntura é o ataque à Universidade. O governo procura desmontar a Universidade, cortando recursos e não repondo as vagas de docentes. Além disso, ataca a Autonomia Universitária. A PEC 370 aparece como um golpe de morte na Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade. Lutamos contra essa Emenda Constitucional, por ela representar a destruição do sistema federal de ensino superior e ser totalmente contrária à concepção de Universidade que sempre foi defendida pelo Movi-

mento Docente. Paralelamente, o governo tem criado toda uma legislação que afronta a Autonomia Universitária. O principal exemplo é a lei que trata da eleição dos dirigentes universitários. Precisamos fazer valer o conceito de auto-aplicabilidade consagrado no artigo 207 da Constituição Federal.

Para o ano em curso, impõe-se a luta por políticas educacionais e de Ciência e Tecnologia que contemplem a recomposição de seu orçamento de acordo com prioridades, democrática e participativamente estabelecidas pela sociedade. Queremos uma política de C&T autônoma, que promova a emancipação da maioria da população brasileira na perspectiva do trabalhador e da justiça social, visando a plena satisfação das necessidades básicas e o melhor aproveitamento de nossas riquezas naturais e do nosso mercado interno.

O Congresso da Andes, frente a essa grave conjuntura, aponta para o Movimento Docente a necessidade de reagir energeticamente contra a continuidade da política de FHC. Precisamos construir uma Greve Geral, que catalise o crescente descontentamento popular com o quadro que se desenha. Na Greve Geral, vai se dar a unidade dos setores progressistas contra o projeto neoliberal. Essa unidade, construída na luta, será fundamental para que construirmos um programa de transformações sociais e econômicas no campo democrático e popular, suficiente para atender às necessidades básicas da maioria da população brasileira.

Para tanto, é fundamental a consolidação de nosso arco de alianças. A luta que se apresenta é das mais agudas. Necessitamos reunir todas as forças progressistas para derrotar o projeto de FHC e do FMI. Temos que dizer não ao pacto social, que só serve para socializar os prejuízos e os custos de uma política sub-serviente promotora de ajustes fiscais sucessivos para pagar altas taxas de juros.

Por tudo isto, a Andes conclama os professores e a sociedade a se engajarem em um amplo movimento para dar um fim a estas políticas de destruição da universidade e da sociedade e que só aumentam a ignorância, a fome e a miséria.

As resoluções aprovadas neste 18º Congresso representam o amadurecimento da nossa elaboração teórica. E a unidade construída na prática será a gestora de uma universidade pública, gratuita, democrática, de qualidade e de uma sociedade justa, fraterna e solidária.

Basta das políticas neoliberais do Governo FHC! Fora o FMI!

Fortaleza, 2 de março de 1999

TECNOLOGIA

Tinta eletrônica marca a reinvenção da imprensa

Cientistas desenvolvem impressão sem tinta e papel convencionais. Sistema funciona com micropartículas acionadas por impulso elétrico dentro de "sanduíche" de plástico

James Görgen

Tire alguns momentos para imaginar um futuro não muito distante. Uma folha de papel especial, acoplada a uma pequena antena, recebe informações do jornal do dia por ondas de rádio. Ao final da tarde, a tinta incorporada ao papel é atingida por uma nova descarga elétrica que transforma as letras de uma página do noticiário econômico no novo capítulo de um intrigante romance de Paul Auster. O mesmo pode se repetir no conteúdo de um outdoor em pleno centro de Porto Alegre. Nem Alex Raymond, o visionário criador do herói Flash Gordon, teria imaginação para tanto. Mais do que computador, Internet, telefone celular ou televisão digital. O que o ser humano está prestes a divisar neste limiar de milênio é simplesmente a revolução da palavra impressa. Engenhosas máquinas de imprimir, rolos enormes de papel e galões e galões de tinta darão lugar apenas ao ar, eletricidade e alguns gramas de substâncias químicas. O truque que os magos da tecnologia guardam na manga há duas décadas – e estão revelando aos poucos – é muito mais do que a reinvenção da imprensa. Para economizar tinta e papel, é melhor ir direto ao ponto: pesquisadores americanos inventaram a tinta eletrônica, ou um líquido escuro que por meio de impulsos elétricos possibilita a reprodução de diferentes textos em uma mesma folha de papel.

Divulgada em 16 de julho de 1998 pela revista britânica *Nature*, a instigante idéia nasceu em 1977. Na época, o pesquisador da Xerox Nicholas Sheridan não convenceu seus colegas do Centro de Pesquisas de Palo Alto (Parc) que o projeto Gyronen poderia vingar. Depois de 18 meses, foi obrigado a abandonar os trabalhos de desenvolver minúsculas esferas bicolores fixas entre um "sanduíche" de folhas de plástico para substituir a tinta comum.

Naqueles idos dos anos 70, a grande potência mundial da fotocopiografia estava convencida de que a morte do papel era só uma questão de tempo. O futuro seria dos documentos eletrônicos. Tanto Sheridan quanto a Xerox estavam certos. Quinze anos mais tarde, a escrita digital permeava boa parte das relações humanas. Ao mesmo tempo, o papel não havia deixado de existir. Estava dado o sinal verde: She-

ridon poderia voltar à velha prancheta de desenho e retomar o projeto Gyronen.

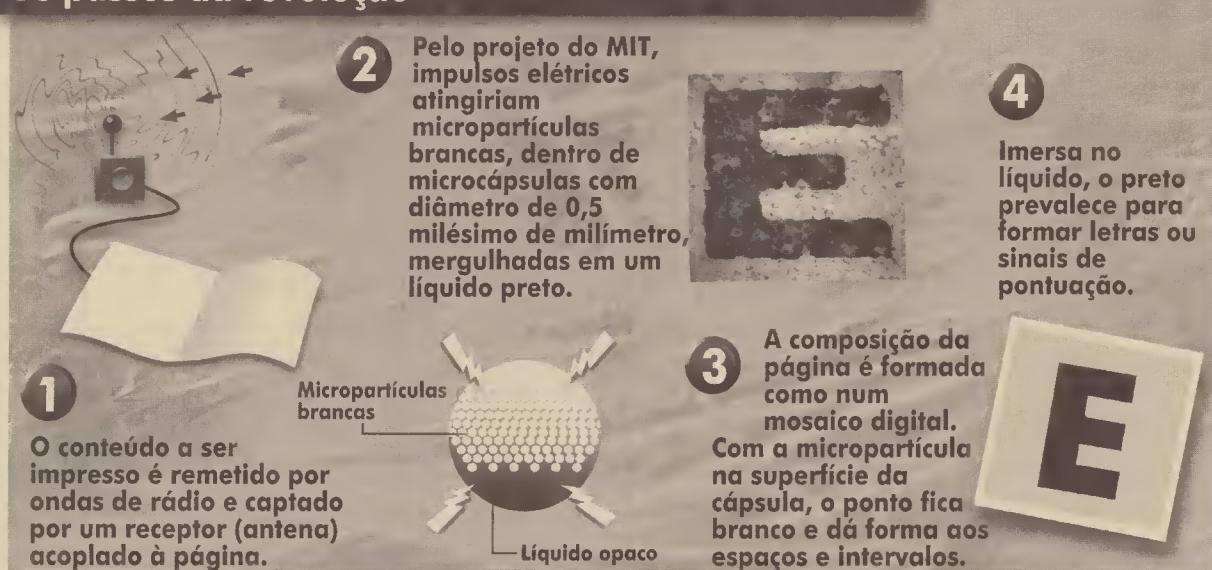
Desde que Johann Gutenberg inventou a imprensa de tipos móveis, em 1448, não havia sido criada uma outra tecnologia que substituisse os princípios básicos da invenção alemã. Nas últimas décadas, a impressão em off-set e a editoração eletrônica até chegaram perto. Mas na hora do prelo, continuava valendo a chapa encharcada de tinta. Pelo sistema de Sheridan, microcápsulas bicolores (com um hemisfério branco e um preto, cada um com carga elétrica ligeiramente diferente) fariam o trabalho. Com a variação de campo elétrico, as partículas apresentariam a cor branca ou a preta para formarem letras e sinais.

Revolução tão grande acabou fazendo com que o segredo da Xerox se espalhasse e passasse a ser cobrado pela competitiva comunidade científica dos Estados Unidos. Logo o Massachusetts Institute of Technology (MIT) entrou na disputa. Baseados na proposta de Sheridan, os cientistas do instituto desenvolveram uma abordagem original: micropartículas brancas colocadas em um líquido escuro. Mergulhadas no fundo da cápsula por força de um campo elétrico, as micropartículas permitem a aparição da cor preta. Trazidas à tona, prepondera o branco.

Inicialmente, os "pais" da tinta eletrônica só enxergam vantagens no seu invento. Segundo a E-Ink, empresa criada no MIT para tocar o projeto, o consumo de energia é 50 vezes inferior aos das telas de cristal líquido e a tinta e o papel podem ser reutilizados *ad infinitum*. Ninguém pensou ainda no aumento da produção de plástico, que tem um dos processos de decomposição mais lentos da natureza. O importante agora é colocar a invenção nas ruas.

"Dentro de dois ou três anos, seremos capazes de produzir aparelhos portáteis dotados de tela com tinta eletrônica", assegura Richard Wilcox, vice-presidente da E-Ink, que pretende colocar ainda este ano cartazes com tinta eletrônica em aeroportos, estações de trem e outros espaços públicos. Reportagem publicada pelo jornal francês *Le Monde* mostra que a Xerox não saiu do páreo; quer introduzir cores em suas microcápsulas. Resta saber qual dos dois projetos será industrializado e se transformará na nova imprensa de Gutenberg, versão século 21.

Os passos da revolução



UNIVERSIDADE

Mensalidades nas públicas é inviável

No final de 1997, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) realizou uma pesquisa nacional demonstrando que nas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) não estudam somente alunos vindos de escolas privadas ou que estes sejam pertencentes em sua maioria às classes A e B. Preocupado com a má utilização da pesquisa por parte da imprensa, o professor do Instituto de Física e ex-reitor da Universidade de Goiás, Nelson Cardoso do Amaral realizou relatório onde ressalta a inviabilidade da cobrança de mensalidades aos alunos das universidades públicas.

De acordo com o relatório da pesquisa, a enorme desigualdade social existente no país pentacampeão mundial em concentração de renda é definitiva para que seja considerada absurda qualquer tentativa de cobrar mensalidades dos estudantes de graduação e pós-graduação das universidades brasileiras.

A pesquisa da Andifes indica os percentuais socioeconômicos dos alunos dos cursos de graduação com critérios da Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa de Mercado (Abipeme). Nelson Cardoso os comparou com uma outra pesquisa realizada, com os mesmos critérios, incluindo moradores de nove grandes capitais brasileiras: São Paulo, Rio Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Fortaleza, Recife, Salvador e Brasília.

De acordo com o professor, verifica-se uma distorção entre o resultado da pesquisa com os estudantes e da feita com a população das grandes capitais. O resultado do trabalho do professor desnuda as reais condições dos estudantes. Se na pesquisa nacional, segundo os critérios da Abipeme, 13% dos estudantes pertencem à classe A, 43% à classe B e 31% à classe C; de acordo com a Marplan Brasil, empresa que pesquisou nas nove capitais, apenas 2% da população pertence à classe A, 19% à classe B, 30% à classe C, 28% à D e 21% à E. Supondo que o perfil de renda familiar do estudante seja similar ao da população das grandes capitais, a compra aponta para que mais da metade das famílias da classe B se situe com renda entre 7 e 30 salários mínimos, as da classe C entre 3 e 15 salários, da classe D entre 2 e 10 salários e E com renda menor que 1 e 5 salários mínimos.

Se o ministro Paulo Renato decidisse implementar aqui as orientações do Banco Mundial, como fez o governo chileno, e tentar fazer receita de 30% dos orçamentos das federais a partir do dinheiro de seus alunos, as Ifes deveriam arrecadar com as mensalidades algo em torno de R\$ 1,8 bilhões (dados de 1997). Mesmo que os estudantes com renda entre 0 e 10 salários mínimos recebessem bolsas integrais, para atingir o nível de 30% do orçamento das instituições, cada família brasileira, para manter um estudante numa universidade pública deveria pagar aproximadamente 22% de sua renda.

Num país onde os 10% mais ricos acumulam 51,3% de toda a renda nacional e os 40% mais pobres têm que dividir míseros 7% da mesma renda, cobrar mensalidades de R\$ 330,00 a R\$ 1.980,00 por aluno é algo totalmente fora da realidade, de acordo com o relatório da Andifes. "Esse estudo não deixa dúvidas sobre a impossibilidade de se obter esta meta do Banco Mundial num país em que a concentração de renda é tão elevada", conclui o trabalho.

Fonte: Jornal da Adufri

PONTO DE VISTA

A tributação do consumo

Demétrio Ribeiro

A idéia de se buscar recursos para o Estado na tributação do consumo mais do que na tributação da produção faz parte do conjunto de medidas alternativas propostas recentemente pelos partidos de dois candidatos à Presidência no primeiro turno: Ciro Gomes e Alfredo Sirkis.

No conjunto de medidas propostas destacam-se duas de grande importância: a) Promover políticas públicas de geração de empregos; b) Desonerar a produção, transferindo a tributação para o consumo.

A intervenção direta do Estado na economia para garantir a utilização dos recursos humanos e naturais do país é o elemento essencial da estratégia alternativa, que tem sua base nas idéias de Roberto Mangabeira Unger. Praticamente todos os adversários do neoliberalismo radical do FMI admitem a idéia. Já a tributação do consumo suscita muita desconfiança e até rejeição. Mas é consequência inevitável da necessidade de fortalecer financeiramente o Estado sem afugentar os investimentos capitalistas privados.

A noção de tributação do consumo associa-se automaticamente com a tributação indireta, injusta por recair igualmente sobre abastados e carentes. Antes de qualquer outra cousa, cabe ressalvar que o desconhecimento das diferentes prioridades do consumo não é atributo obrigatório da tributação do consumo. Esta pode e deve, pelo contrário, basear-se em cuidadosa classificação dos itens de consumo.

Descartada a ilusão absurda de contar com o capital monopolista para financiar o Estado de um país dependente como o nosso, a única alternativa restante consistiria em tributar o lucro da produção capitalista. Isso implicaria a perda de investimentos privados produtivos, cujas consequências precisam ser examinadas com objetividade.

O processo de concentração do capital previsto por Marx e outros estudiosos da economia, atinge hoje uma velocidade e uma intensidade gigantescas. Nos Estados Unidos, em pouquíssimos países da Europa e no Japão estão concentrados não apenas o capital financeiro como todos os recursos necessários ao progresso tecnológico. Depois da derrocada do Estado soviético e dos governos socialistas europeus, esse dado objetivo é o traço principal do que há de novo no mundo atual, e o que o diferencia do período histórico em que a luta antiimperialista de países como o nosso podia contar com o respaldo econômico de um poderoso sistema de estados não-capitalistas.

A perspectiva hoje é totalmente distinta. Assumir a diferença é a primeira obrigação dos progressistas nos países dependentes. Seria um verdadeiro delírio teórico pretender reiniciar isoladamente o caminho do progresso moderno.

O abismo crescente que se estabeleceria entre países isolados dessa forma e o conjunto dos demais países financeira e tecnologicamente mal ou bem integrados, condenaria os primeiros à submissão mais primitiva. Essa realidade tem sido plenamente assumida por nações modernas que pretendem, de uma forma ou de outra seguir o rumo do socialismo, como a China, Cuba e o Vietname, por exemplo.

A inserção soberana do Brasil no mundo como povo organizado, que negocia com os maiores detentores da riqueza mundial mundo de seus trunfos, possuindo suas próprias alternativas e somando a sua força à de outros países ditos emergentes para melhorar as regras do jogo, tal é a verdadeira perspectiva revolucionária da atualidade.

A entrada de capital externo produtivo, portador de tecnologia é parte integrante dessa perspectiva. A contrapartida necessária é a presença e a ação de um Estado Brasileiro organizado, moderno e possuidor dos meios financeiros necessários para manter a sua plena soberania.

Isso tem um preço. O preço é a captação de recursos financeiros entre nós mesmos, através da tributação diferenciada do consumo, que significa a racionalização do consumo, a organização da distribuição dos resultados da atividade econômica, e a socialização dos encargos do financiamento do Estado nacional.

Aposentadoria integral: um direito muito bem pago

Pedro Cezar Dutra Fonseca

A aposentadoria integral é um privilégio dos funcionários públicos, indesculpável numa sociedade já tão marcada pela desigualdade e pela excludência sociais? Infelizmente a resposta positiva a esta pergunta domina na mídia; e os funcionários, dentre os quais os próprios professores universitários, assimilaram-na tão bem que, por seu silêncio, depreende-se a concordância, encabulados por fazerem jus a um direito pelo qual pagam -se não há heresia em reduzir direito a mera mercadoria.

Partamos do próprio princípio em que se apóia a retórica oficial, de que o valor pago pela aposentadoria deve assentar-se em um cálculo atuarial, como o risco de, no longo prazo, inviabilizar o sistema. É um ponto de vista razoável e aceito em todo o mundo. Mas, a partir dele, pode-se chegar a uma conclusão oposta: o servidor público paga muito mais do que o trabalhador do setor privado, não se entendendo por que as alíquotas sobre os primeiros são tão mais elevadas -atualmente das mais altas do mundo. Se hoje existe um rombo na previdência pública, isto se deve a decisões tomadas no passado -entre as quais aposentadorias sem contribuição anterior correspondente- nada tendo a ver com isto os atuais contribuintes. A mudança mais recente no cálculo das contribuições consagra este ponto de vista, esdrúxulo, de que se está contribuindo não para se assegurar um direito no futuro, mas para cobrir um rombo do passado. Que cálculo atuarial existe nisto? Nenhum, pois o que domina é puramente uma mentalidade de caixa.

A par disso, e o mais importante para reafirmar o ponto de vista de que os atuais servidores públicos não são privilegiados por perceberem aposentadoria integral, é que seu desconto se dá sobre o total dos rendimentos, ao contrário do setor privado, para quem há o teto de 10 salários de referência. Isto já acontecia antes da última elevação das alíquotas, e a Lei 9.783/99, de 28/1/99 "apenas" aprofunda o montante da contribuição. Como consequência, o teto de

contribuição para o setor privado é de R\$ 116,40. Quem recebe, por exemplo, R\$ 3.000,00 mensais desconta R\$ 116,40, ou seja, 3,88% de seu salário, conforme mostra o quadro anexo. Já no setor público a contribuição é de R\$ 517,00, ou 17,23% dos vencimentos. Esta porcentagem é tão maior quanto mais altos forem os salários, o que também não se explica pelo tal de cálculo atuarial: para este, tanto faz pagar 1.000,00 para quem contribuiu com 100,00 como 2.000,00 para quem contribuiu com 200,00. Certamente a progressividade apareceu por outra razão; atuarialmente, a proporcionalidade (ou seja, a mesma alíquota) seria o razoável.

É preciso acrescentar que a atual lei não taxa os salários mais altos com o propósito de distribuir renda, o que poderia ser defensável. Ao contrário, desde as faixas mais baixas a alíquota do setor público é maior. Como mostra o Quadro, quem ganha R\$ 250,00 no setor privado paga R\$ 20,00, pois está na faixa de alíquota mínima de 8%. Com este mesmo vencimento, no setor público a alíquota também mínima é de 11%, o que implica um desconto de R\$ 27,50, ou seja, 37,5% a mais, para fazer jus a um benefício aproximadamente igual.

A conclusão é cristalina: no setor privado há teto de contribuição e, portanto, de benefício; no setor público, desconta-se sobre o salário integral e, consequentemente, a aposentadoria só pode ser integral. Como transformaram esta obviedade em privilégio é algo fantasmagórico. Impressionante a capacidade do inverso do real verificado nesta questão -e ainda há quem diga que Hegel está morto. Mas se a explicação para isto não se reduz a razões estritamente de caixa, sem nada ver com o cálculo atuarial da "justiça contributiva", só resta outra alternativa para explicar o que vem ocorrendo: é a indução gradual dos servidores, principalmente de mais alta renda, à previdência privada. Mas na crise financeira atual, em que bancos, bolsas e fundos privados aparentemente sólidos desmancham-se no ar, é difícil imaginar quem teria coragem para arriscar uma vida de trabalho num jogo de cartas marcadas.

Comparação das contribuições previdenciárias dos setores privado e público

Salário (R\$)	Setor privado		Setor público	
	Desconto (R\$)	%	Desconto (R\$)	%
250,00	20,00	8,00	27,50	11,00
500,00	41,40	8,28	55,00	11,00
1.000,00	94,40	9,44	110,00	11,00
1.500,00	116,40	7,76	192,00	12,80
2.000,00	116,40	5,82	292,00	14,60
2.500,00	116,40	4,65	392,00	15,68
3.000,00	116,40	3,88	517,00	17,23
3.500,00	116,40	3,32	642,00	18,34
4.000,00	116,40	2,91	767,00	19,17
4.500,00	116,40	2,58	892,00	19,82
5.000,00	116,40	2,32	1.017,00	20,34
6.000,00	116,40	1,94	1.267,00	21,11
7.000,00	116,40	1,66	1.517,00	21,67
8.000,00	116,40	1,45	1.767,00	22,08
9.000,00	116,40	1,29	2.017,00	22,41
10.000,00	116,40	1,16	2.267,00	22,88

Obs.: No setor privado, desconta-se 8% até R\$300,00, 9% de R\$300,00 a R\$600,00 e 11% de R\$600,00 a R\$1.200,00, sendo este o teto. No setor público, desconta-se 11% sobre os vencimentos brutos, mais 9% para a faixa entre R\$1.200,00 e R\$2.500,00 e 14% para o percebido acima de R\$2.500,00.



A. Coelho Neto

Negrinho do Pastoreio



Naquele tempo os campos ainda eram abertos, não havia entre eles nem divisas nem cercas; somente nas volteadas se apanhava a gadaria xuxra e os veados e as avestruzes corriam sem empecilhos...

Era uma vez um estancieiro, que tinha uma ponta de surrões cheios de onças e meias-dobras e mais muita prataria; porém era muito caufla e muito mau, muito.

Não dava pousada a ninguém, não emprestava um cavalo a um andante; no inverno o fogo da sua casa não fazia brasas; as geadas e o minuano podiam entanguir gente, que a sua porta não se abria; no verão a sombra dos seus umbus só abrigava os cachorros; e ninguém de fora bebia água das suas cacimbas.

Mas também quando tinha serviço na estância, ninguém vinha de vontade dar-lhe um ajúdorio; e a campeirada folheira não gostava de conchavar-se com ele, porque o homem só dava para comer um churrasco de tourito magro, farinha grossa e erva-caúna e nem um naco de fumo... e tudo, debaixo de tanta somiticaria e choradeira, que parecia que era o seu próprio couro que ele estava longueando...

Só para três viventes ele olhava nos olhos: era para o filho, menino cargoso como uma mosca, para um

baio cabos-negros, que era o seu parelheiro de confiança, e para um escravo, pequeno ainda, muito bonitinho e preto como carvão e a quem todos chamavam somente de Negrinho.

A este não deram padinhos nem nome; por isso o Negrinho se dizia afilhado da Virgem, Senhora Nossa, que é a madrinha de quem não a tem.

Todas as madrugadas o Negrinho galopeava o parelheiro baio; depois conduzia os avios do chimarrão e à tarde sofria os maus-tratos do menino, que o judiava e se ria.

Um dia, depois de muitas negaças, o estancieiro atou carreira com um seu vizinho. Este queria que a parada fosse para os pobres; o outro que não, que não! que a parada devia ser do dono do cavalo que ganhasse. E trataram: o tiro era trinta quadras, a parada, mil onças de ouro. No dia aprazado, na cancha da carreira havia gente como em festa de santo grande.

Entre os dois parelheiros a gauchada não sabia se decidir, tão perfeito era e bem lançado cada um dos animais. Do baio era fama que, quando corria, cortava tanto, que o vento assobiava-lhe nas crinas; tanto,

que só se ouvia o barulho, mas não se lhe viam as patas baterem no chão... E do mouro era voz que quanto mais cancha, mais agüente, e que desde a largada ele ia ser como um laço que se arrebenta...

As parcerias abriram as guaiacas, e aí no mais já se apostavam aperos contra rebanhos e redomões contra lenços.

—Pelo baio! Luz e doble!...
—Pelo mouro! Doble e luz!...

Os corredores fizeram as suas partidas à vontade e depois as obrigadas; e, quando foi na última, fizeram ambos a sua senha e se convidaram. E amagando o corpo, de rebenque no ar, largaram, os parelheiros meneando cascos, que parecia uma tormenta...

—Empate! Empate! —gritavam os aficionados ao longo da cancha por onde passava a parelha veloz, compassada como numa colheria.

—Valha-me a Virgem madrinha, Nossa Senhora! —gemia o Negrinho. —Se o sete-léguas perde, o meu senhor me mata! Hip! hip! hip!...

E baixava o rebenque, cobrindo a marca do baio.

—Se o corta-vento ganhar é só para os pobres!... —retrucava o outro corredor. Hip! hip!

E cerrava as esporas no mouro.

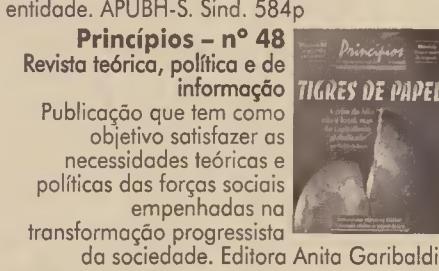
ORELHA



História e Literatura
Flávio Loureiro Chaves
Textos reunidos a partir da indagação sobre a fronteira entre a história e a literatura. O resultado é uma reflexão crítica abordando o relacionamento entre estas áreas sem a pretensão de investir na historiografia ou na cronologia literária. Editora da Universidade. 110p. (edição ampliada)



APUBH: 20 anos
Andréa Casa Nova Maia e William Augusto Menezes (colaborador)
Registra a história oral do Movimento Docente da UFMG. Através da narrativa, as lembranças dos dirigentes reconstituem a trajetória da entidade. APUBH-S. Sind. 584p



Princípios - nº 48
Revista teórica, política e de informação
Publicação que tem como objetivo satisfazer as necessidades teóricas e políticas das forças sociais empenhadas na transformação progressista da sociedade. Editora Anita Garibaldi.

HEMEROTECA

Jornais Diários
Zero Hora
Correio do Povo
Folha de S. Paulo

WWW

- Word**
 www.maple.com.br
Softwares contra vírus de arquivos word, incluindo os de macro
- Robôs**
 www.virtual-pc.com/brianh
A evolução da robótica, desde os anos 50

AD NAUSEAM

CHOQUE DE POPULARIDADE



"Nossa multiplicidade cultural está fechada sobre si mesma"

Como traçar uma política cultural num Estado em que brasileiros de origem negra, alemã, açoriana, italiana, portuguesa, espanhola e até gaudéria convivem de norte a sul, de leste a oeste? Trazer as diferenças à tona e fazê-las circular é a resposta do novo secretário de Cultura do Rio Grande do Sul, o jornalista Luiz Pilla Vares, que tem muitas idéias na cabeça e na mão um orçamento anual de apenas R\$ 25 milhões.

James Görgen

AD verso – O senhor vem falando em levar para o interior o incentivo às manifestações culturais de cada região. Como se dará este processo?

Luiz Pilla Vares – Eu não diria levar para o interior. Essa idéia me soa paternalista. Vamos trabalhar com a riqueza cultural das demais cidades gaúchas. Este é o Estado mais rico culturalmente do Brasil. Isso não é nenhuma xenofobia, nenhum bairrismo. Nós temos uma cultura gaudéria, açoriana, alemã, italiana, portuguesa –que não se confunde com a açoriana–, nós temos uma cultura espanhola e uma cultura negra extremamente sólida e original. Enfim, é uma multiplicidade cultural que está mais ou menos imersa e fechada sobre si mesma. A gente precisa trazer isso à tona e fazê-la circular. Não se trata também de fazer uma integração ou mesclar essas culturas porque nós temos que preservar essa diversidade. Mas não vamos ficar só nisso. Essas culturas específicas não invalidam a produção cultural moderna, de cunho universalizante. Não é gratuito o fato que os nossos grandes escritores, quase todos eles, não nasceram em Porto Alegre. Nós não vamos privilegiar, em hipótese alguma, Porto Alegre. Ainda que a Capital tenha os principais equipamentos da Secretaria de Estado da Cultura, a cidade não precisa de uma supersecretaria.

Adverso – A pluralidade torna mais difícil traçar uma política cultural?

Pilla Vares – Depende. Pode ser mais fácil do que se você trabalhasse com uma cultura única. Mas é preciso ser bem trabalhado, com a participação crítica da população. Não pode ser um trabalho de cima para baixo.

Adverso – As universidades entram no projeto?

Pilla Vares – Nós vamos trabalhar muito com as universidades. Pretendemos entrar em contato com todas as universidades do Rio Grande do Sul, assinar protocolos de intenções onde for possível para a gente examinar formas de colaboração que poderemos criar com as universidades.

Adverso – Em dois meses de governo, qual o diagnóstico que o senhor faz da Secretaria?

Pilla Vares – Eu encontrei a Secretaria muito mal. Não apenas financeiramente –isso não era segredo. Encontrei uma Secretaria fragmentada, com um organograma inteiramente irracional, de tal for-

ma que nos obriga a trabalhar com um organograma informal. Por exemplo: o Teatro São Pedro não tinha nada a ver com o Instituto de Artes Cênicas. Aqui mesmo na Casa de Cultura Mário Quintana (sede da Secretaria) não há uma ligação entre um equipamento e outro. Isso nós queremos transformar dando uma racionalidade ao organograma. Não tem sentido o Margis (Museu de Arte do Rio Grande do Sul) ficar atrelado a uma Coordenação de Museus porque ele não tem nada a ver com museu antropológico. Ele tem a ver com artes plásticas. Tem que ficar subordinado ao Instituto de Artes Visuais.

Adverso – Semelhante à estrutura da Secretaria Municipal de Cultura (SMC)?

Pilla Vares – É. Nós também mudamos o organograma lá. A SMC não tinha Coordenação de Música, nem de Cinema e Vídeo. Isso foi criado.

Adverso – Como está o orçamento da Secretaria para bancar tudo isso?

Pilla Vares – O orçamento é ridículo – 0,28% do orçamento global do Estado, e isso significa R\$ 25 milhões, incluindo a folha de pagamento e o custeio.

vio, a demanda cultural começou a aparecer. Não é de um dia para o outro que ela aparece porque existem muitas demandas reprimidas. É preciso que em primeiro lugar a cultura apareça no Estado; que ela seja palpável.

Adverso – Até que ponto a atuação da Secretaria da Cultura será integrada à pasta do Turismo para desenvolver regiões que sempre promoveram eventos visando a atração de visitantes?

Pilla Vares – Acho que é essencial num Estado como o Rio Grande do Sul. Até por que determinados eventos permanentes exigem tanto a presença da Cultura como do Turismo. Te dou como exemplo dois: o Festival de Cinema de Gramado e a Califórnia da Canção Nativa. Nós vamos trabalhar pela primeira vez em nível estadual. Precisamos primeiro conhecer a realidade para depois transformá-la. Certamente teremos profundas alterações. Vamos ter rupturas na política cultural. Ruptura não quer dizer aventura.

Adverso – Existe algum levantamento sobre esta realidade sendo elaborado?

Fabricia Osanai **Pilla Vares** – Está começando a ser feito um inventário. Cada militante da Secretaria de Estado da Cultura tem que ter o mapa cultural do Rio Grande do Sul na cabeça; saber das necessidades de cada região para podermos agir sobre ela. Só depois teremos um planejamento.

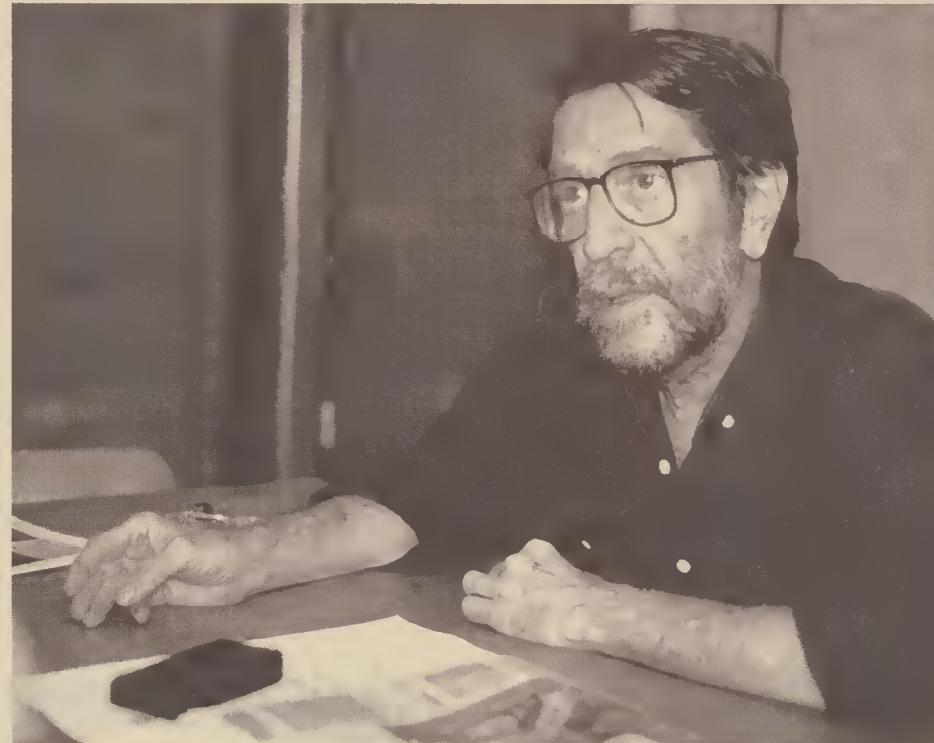
Adverso – As leis federais de captação de recursos bastam para financiar as idéias que virão?

Pilla Vares – Não, não. Estamos trabalhando junto com o Conselho Estadual de Cultura no aperfeiçoamento da Lei atual (estadual). Inclusive já fizemos uma instrução normativa onde propomos uma regulamentação da atual Lei de Incentivo à Cultura no sentido de aperfeiçoá-la. Acho que essa lei tem que ser usada para a produção local. Eu sou contra que os incentivos beneficiem megaespetáculos que não acrescentam nada à produção cultural do Rio Grande do Sul, servindo de vitrine para o governo e o empresário. Estamos trabalhando também na cria-

ção de um fundo nos moldes do Fumproarte (Fundo Municipal de Apoio à Produção Artística e Cultural de Porto Alegre) da SMC, o que possibilitaria a intervenção direta do Estado na produção cultural.

Adverso – Existe alguma área tão debilitada a ponto de ser prioridade nos investimentos?

Pilla Vares – O Patrimônio Histórico-Cultural gaúcho é um desastre. Existem várias cidades históricas do Rio Grande do Sul em que o patrimônio edificado desapareceu. Mas essa política de preservação só é possível com a participação da comunidade. É preciso que as pessoas tenham consciência da importância da preservação. Aliás, a participação tem que ser a característica de toda a nossa política cultural. No ano que vem realizaremos um Congresso Cultural fora de Porto Alegre onde pretendemos elaborar a política cultural para o Estado. É claro que esse Congresso será precedido de minicongressos regionais. Começaremos a trabalhar nisso logo, discutindo com as comunidades, para chegarmos às demandas e às diretrizes.



Pilla Vares: "Teremos rupturas na política cultural, o que não quer dizer aventura"

Adverso – Sobra quanto para investimento?

Pilla Vares – Sobra nada. Praticamente se esgota com o pessoal e o custeio da Secretaria.

Adverso – É preciso duplicar ou triplicar para se chegar perto de um ideal?

Pilla Vares – É claro que precisa triplicar. Mas não vai ser a nossa reivindicação que irá aumentar o orçamento. A gente precisa ter uma solidariedade de governo. Nós pegamos o Estado falido. Não é o momento de se reivindicar um aumento orçamentário. Vamos ter que trabalhar com muita criatividade, com muita ousadia e o mínimo de custos.

Adverso – Com a implantação do Orçamento Participativo (OP), o senhor acredita que o gaúcho entenderá que a Cultura é importante e destinará recursos para o setor?

Pilla Vares – Isso é um processo. Quando começamos o OP em Porto Alegre praticamente não havia demanda cultural. Na medida em que as pessoas foram percebendo o trabalho da descentralização, que a gente realizou desde o primeiro ano do governo Olí-